

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

AGRONOMIA

**A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÕES
DOS JOVENS SOBRE A PERMANÊNCIA NO RURAL**

LEILA RIBEIRO RODRIGUES

Montes Claros-MG
2021

Leila Ribeiro Rodrigues

**A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÕES DOS
JOVENS SOBRE A PERMANÊNCIA NO RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial, para a obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Antonio Mineiro Lopes

Montes Claros
Instituto de Ciências Agrárias
2021

Leila Ribeiro Rodrigues. **A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE A PERMANÊNCIA NO RURAL**

Aprovada pela banca examinadora constituída por:

Prof. Luiz Paulo Fontes de Rezende - ICA/UFMG

Prof.^a Vanessa Marzano de Araujo - ICA/UFMG

Prof. Dr. Frederico Antonio Mineiro Lopes - Orientador ICA/UFMG

Montes Claros, 22 de março de 2021.

Dedico aos Agricultores e Agricultoras Familiares.

AGRADECIMENTOS

A Deus meu amparo e refúgio em todos os dias da minha vida;

Aos meus pais João e Maria, pelo amor incondicional, pela educação, dedicação e incentivo para que eu nunca desista dos meus sonhos;

Ao mesmo esposo Vando e filhos Caio, João e Brisa pela compreensão nos momentos de aperto;

Aos meus irmãos que mesmo a distância sempre me motivou;

Ao Professor Frederico Mineiro, mais que um orientador, um amigo irmão próximo, acessível e sempre compreensivo;

Aos colegas de turma que estiveram comigo durante essa busca de conhecimentos, em especial a Jeisiane, Fredson e Leonardo, pela ajuda e parceria nessa caminhada;

A todos os meus professores, técnico administrativos, terceirizados que fizeram parte desta caminhada durante o curso de Agronomia no Instituto de Ciências Agrárias / UFMG;

Aos projetos de extensão PRODERA e ao CMDRS: contribuição para gestão, comunicação e participação por me integrarem em suas atividades e possibilitarem uma formação adicional;

Ao seu Adão do Vilage Ativo e ao Giliarde pela incansável luta pelas organizações locais e por terem me inserido nesse processo;

A todos que, apesar de não citados, contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

RESUMO

A Agricultura Familiar historicamente encontrou estratégias próprias para se restabelecer e garantir a alimentação da população brasileira. Sua capacidade de recuperação em meio a crises, se baseia na sua dinâmica produtiva baseada na diversidade. Desde de período colonial, os maiores esforços financeiros e humanos, eram destinados a produção agroexportadora. Fato que marginalizou as iniciativas familiares de produção e invisibilizou sua importância econômica relacionada ao abastecimento interno. Mesmo contribuindo tanto cultural como economicamente para formação da sociedade brasileira, estudos realizados no oeste de Santa Catarina indicam que os estabelecimentos familiares estão perdendo os sucessores com a saída de jovens do meio rural. O esvaziamento das unidades de produção foi evidenciado a partir de 1970, em virtude das políticas públicas para o desenvolvimento de complexos industriais e disponibilização de maior número de empregos nas áreas urbanas. Outro fator foi a modernização conservadora do rural com apoio governamental, que levou a privatização de áreas comuns para implantação de sistemas de produção baseados na monocultura. A transição demográfica, dentre outros fatores estruturais, resultou no esvaziamento do rural, na masculinização e no envelhecimento da população do campo. Este trabalho propõe compreender como os jovens se colocam em relação a sucessão das atividades da agricultura familiar. Pretende identificar aspectos que motivam os jovens a permanecerem ou não nas unidades familiares de produção agrícola bem como os parâmetros utilizados no processo de sucessão. Para tal recorre-se a revisão sistemática de literatura como recurso metodológico e a comparação como recurso discursivo. Realizou-se busca sistemática no Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal de periódicos da Capes. Os resultados obtidos a partir dos estudos realizados por Mendonça et al (2013) no Alto Jequitinhonha e por Oliveira; Mendes; Vasconcelos (2020) em Uberlândia (MG) e Piracicaba (SP) informam que, a reprodução das atividades agrícolas familiares pode ser comprometida em função de diversos fatores, como a disponibilidade de terras, a gestão compartilhada, a estruturação da propriedade e a trajetória dos irmãos. Portanto não se baseia em um desinteresse injustificado dos jovens em continuar as atividades agrícolas historicamente desenvolvidas pelos familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Sucessão. Desenvolvimento Local.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fases da pesquisa.....	23
Quadro 1 - Estudos selecionados	24
Figura 2 - Categorias de análise	24
Quadro 2 - Pessoas entrevistadas e abrangência das informações do estudo 1.....	27
Gráfico 1 - Percentual de migração sazonal entre gêneros.....	28
Gráfico 2 - Destino dos irmãos e irmãs dos adultos.....	30
Gráfico 3 - Destino das irmãs e irmãos dos jovens.....	31
Quadro 3 - Condição de sucessão em curso Veredinha e Turmalina.....	32
Quadro 4 - Pessoas entrevistadas no estudo 2.....	33
Quadro 5 - Categorias de análise do estudo 2 Uberlândia e Piracicaba.....	35
Quadro 6 - Quadro comparativo dos resultados dos dois estudos.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEANORTE - Central de Abastecimento do Norte de Minas
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- EFA - Escola Família Agrícola
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1.	Origem da Agricultura Familiar	12
2.2.	Conceituando Agricultura Familiar	14
2.3.	Histórico: A Sucessão na Agricultura Familiar brasileira	15
2.4.	Desenvolvimento e Pluriatividade	19
3	METODOLOGIA	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1.	Estudo 1- Alto Jequitinhonha – MG - municípios Veredinha e Turmalina.....	26
4.2.	Estudo 2 -Uberlândia (MG) e Piracicaba (SP)	33
4.3	Análise comparativa dos resultados dos dois estudos	36
4.3.1	Relação dos jovens com as atividades dos pais agricultores.....	36
4.3.2	Aspectos que condicionam a evasão dos jovens do meio rural.....	38
4.3.3	Aspectos que estimulam os jovens a permanecerem na propriedade.....	39
4.3.4	Como ocorrem os processos de Sucessão.....	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar historicamente encontrou estratégias próprias para se restabelecer e garantir a alimentação da população brasileira. Mesmo após uma histórica trajetória de expropriação de seus territórios, sua capacidade de recuperação se baseia na sua dinâmica produtiva baseada na diversidade que garante a alimentação da família e a venda do excedente para compra de outros produtos. Desde de período colonial, os maiores esforços financeiros e humanos, eram destinados a produção agroexportadora. Fato que marginalizou as iniciativas familiares de produção e invisibilizou sua importância econômica relacionada ao abastecimento interno. Mesmo assim, a agricultura familiar vem buscando alternativas e se dinamizando conforme as pressões econômicas, políticas e ambientais que recaem sobre si.

A partir de 1964, projetos de modernização da agricultura, com apoio governamental, levaram a privatização de áreas comuns para implantação de sistemas de produção baseados na monocultura. Nesse processo os agricultores familiares perderam o domínio de áreas importantes para o sistema produtivo familiar. Assim, as atividades de cultivo e criação ficaram restritas ao espaço antes utilizado principalmente para cultivo. Essa sobrecarga gerou perda da fertilidade e readequação nas estratégias de uso, comercialização e sucessão familiar. Nesse contexto, os sítiantes perderam autonomia que antes se baseava na articulação de vários espaços que possibilitavam realizar lavoura, criação, caça, pesca e coleta. Buscaram novas alternativas de geração de renda articulando se a mercados locais, realizando migração sazonal e a venda de dias de serviço.

Conforme o Censo Agropecuário de 2017, quando comparado ao anterior, 2006, as unidades familiares diminuíram, bem como a população economicamente ativa envolvida nas atividades rurais (IBGE,2017). Houve um decréscimo de 9,5% em número de unidades familiares. Essa redução pode ser atribuída a diversos fatores, desde a mudança da lei que define novos parâmetros para categoria de agricultor familiar, já que a Lei 11.326/2006, primeira a definir legalmente a categoria, foi atualizada no texto do Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017, e reduziu sua abrangência, como a mecanização das atividades agrícolas e os deslocamentos da população para os centros urbanos. Ainda assim, em 2017, 77% dos estabelecimentos rurais foram classificados como familiares e 67% da população ocupada em toda área rural. Entretanto esta categoria ocupa apenas 23% de toda área rural, que resulta da histórica concentração fundiária no rural brasileiro. Entre a população jovem, a disparidade é ainda mais significativa, menos de 3% da população economicamente ativa possui menos que 34 anos.

Mesmo contribuindo tanto cultural como economicamente para formação da sociedade brasileira, estudos realizados no oeste de Santa Catarina indicam que os estabelecimentos familiares estão perdendo os sucessores com a saída de jovens do meio rural. O esvaziamento das unidades de produção foi evidenciado a partir de 1970, em virtude das políticas públicas para o desenvolvimento de complexos industriais e disponibilização de maior número de empregos nas áreas urbanas. Essa transição demográfica, dentre outros fatores estruturais, resultou no esvaziamento do rural, na masculinização e no envelhecimento da população do campo (CAMARANO; ABRAMOVAY,1998)

Vários fatores estão relacionados ao processo de sucessão na Agricultura Familiar, tais como, possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, a insatisfação com o ganho obtido na agricultura, a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola, dentre outros. A sucessão na agricultura familiar é um problema recorrente e que incide diretamente na capacidade produtiva e reprodutiva dos modelos familiares de produção agrícola. O desinteresse dos jovens pelas atividades agrícolas coloca em risco a continuidade destas estruturas produtivas historicamente importantes para a nação brasileira, principalmente no que se refere a produção para consumo interno.

O objetivo geral deste trabalho é compreender as aspirações da juventude rural em relação à continuidade das atividades dos pais agricultores. Nesse sentido a pesquisa busca identificar aspectos que condicionam a evasão dos jovens do meio rural; entender a relação dos jovens com a atividade dos pais agricultores; conhecer elementos que motivam os jovens a permanecerem ou não no meio rural. Neste sentido, propõe-se alguns questionamentos: As oportunidades fora do meio rural são mais atraentes economicamente? A profissão de agricultor deixa de ser única opção e passa a ser uma possibilidade?

A proposta metodológica inicial propôs realizar um estudo de caso na área rural de Montes Claros-MG e coletar dados nas comunidades considerando a divisão em polos a que a mesma está dividida.¹Inclusive algumas conversas com jovens, filhos de agricultores que comercializam na Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE), ocorreram durante Estágio Curricular I, no Início do ano de 2020. Porém em virtude da Pandemia da Covid-19 optou-se pela análise por meio de dados secundário. Para tal recorre-se a revisão sistemática de literatura como recurso metodológico e a comparação como recurso discursivo. Conforme Galvão e Pereira (2014) as revisões sistemáticas são estudos por meio de dados

¹ A área rural de Montes Claros é dividida em 14 polos que orienta a gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), sobre a divisão da área rural de Montes Claros, consultar Freitas (2016).

secundários oriundos de dados de estudos primários que possuem como prerrogativa uma pergunta orientadora. O principal questionamento, que deste trabalho, é: Como a juventude rural se coloca em relação à sucessão das atividades agrícolas familiares? A partir desta questão, realizou-se busca sistemática no Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal de periódicos da Capes. Os termos indexadores foram: sucessão na agricultura familiar e juventude rural e agricultura familiar. A busca resultou na seleção de dois artigos que apresentavam resultados de pesquisa sobre sucessão na Agricultura Familiar. Um estudo selecionado foi realizado no Alto Jequitinhonha por de Mendonça et al (2013) e outro em Uberlândia (MG) e São Paulo, realizado por Oliveira; Mendes; Vasconcelos (2020). Os resultados dos dois estudos foram analisados e comparados a fim de buscar elementos que contribuem para entender as perspectivas dos jovens em relação à permanência no rural.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução, realiza-se um estudo bibliográfico que subsidia a análise posterior sobre Agricultura Familiar, Sucessão e Desenvolvimento. No terceiro capítulo apresenta-se a trajetória metodológica utilizada para seleção dos estudos analisados, bem como os critérios e categorias de análise. Por fim elabora-se uma síntese de dois estudos de caso selecionados pela revisão sistemática, realiza-se a análise dos dados e segue-se a comparação entre os mesmos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As leituras realizadas como suporte teórico buscam inicialmente o entendimento sobre a origem da Agricultura Familiar no contexto econômico brasileiro. Na sequência aborda-se as nuances do conceito de Agricultura Familiar sobre algumas abordagens com intuito de indicar a que mais se aproxima do objetivo deste trabalho. Para entender como se deu historicamente a sucessão na Agricultura Familiar, recorre-se a estudos clássicos e contemporâneos sobre esta temática. E, por fim, realiza-se uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento e as estratégias contemporâneas que Agricultura Familiar desenvolve baseadas na pluriatividade.

2.1 Origem da Agricultura Familiar

O Brasil desde o processo de colonização consolidou-se como país agroexportador. A economia baseada na produção para o mercado externo mobilizou recursos financeiros e humanos, cuja dinâmica, baseada no latifúndio, monocultura e mão de obra escrava, orientou a ocupação do território brasileiro. Conforme estudo de Furtado (2007), do século XVI ao XVII predominou a economia escravista de agricultura tropical com a plantação de cana de açúcar no litoral nordestino. Essa atividade subsidiou pouca diversificação, restringindo-se a algumas necessidades básicas dos engenhos. Algumas categorias de homens livres, posseiros e agregados, se estabeleciam em áreas menos interessantes ao sistema monocultor e desenvolveram atividades produtivas diversificadas, tanto de cultivo como criatórias (FREYRE, 2013).

A grande instabilidade dessas atividades, que culminava em períodos de lucros e outros com acentuados declínios, resultava da capacidade que países de economia agroexportadora têm de absorver as crises e ascensões econômicas de seus clientes. Processo conhecido como economia reflexa (BOUZAN, 1962). Porém o mercado interno também pode ser dinamizado quando realiza atividades atreladas às atividades externas, no século XVIII a economia mineira escravista, contou com altos investimentos. Esse ciclo econômico, potencializou o desenvolvimento de atividades paralelas para produção de alimentos e animais de carga, já que a atividade era interiorizada e, portanto, longe das regiões portuárias. Entretanto, nos momentos de crise econômica relacionada a atividade em questão, a busca por outras atividades que interessassem o mercado externo mobilizava os maiores recursos financeiros e humanos. O café foi um exemplo bastante difundido na região sudeste. Houve

ainda períodos de grande produção de algodão além de outras atividades como produção de especiarias e extração do látex na região Norte que informam o esforço produtivo direcionado ao mercado externo.

O Grau de especialização de algumas atividades da economia agroexportadora inviabilizava que a mesma estrutura fosse utilizada para produzir produtos para alimentação interna e implementos para a produção como ferramentas e animais (FURTADO, 2007). Neste contexto e de forma paralela, outras atividades produtivas estruturadas em pequenas áreas e com grande diversidade de produtos ocupavam uma parcela significativa da população, principalmente em agroecossistemas familiares.

Nos sistemas familiares, desenvolvidos à margem do sistema agroexportador, em áreas que margeavam grandes fazendas e geralmente como agregados e posseiros, uma importante categoria social se consolida, os camponeses ou produtores autônomos, que produziam grande variedade de produtos com divisão do trabalho no âmbito familiar (FREYRE, 2013).

Além da perspectiva produtiva, o trabalho cotidiano com terra informa uma relação de conhecimento apurado sobre os espaços trabalhados. Assim, o reconhecimento da interdependência do homem com o ambiente, fundamenta a relação sustentável que categorias familiares historicamente estabeleceram com a natureza. Nesta perspectiva o campesinato brasileiro origina-se de uma variedade de iniciativas produtivas que reúnem desde os primeiros cultivos registrados entre os indígenas até a estruturação de sítios que produziam para alimentar a família e comercializava o excedente (WOORTMANN; WOORTMANN,1977).

Para subsidiar a regulamentação das áreas rurais, uma nova estrutura fundiária se instala no Brasil a partir da criação do Estatuto da Terra em 1964, que formaliza o regime de posses e institui mecanismos que prever duas metas principais: a execução da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Como medida do Governo militar, visava apaziguar as tensões no meio rural, mobilizadas pelas ligas camponesas, que se originaram dos resquícios dos grandes latifúndios decadentes e a relação de subserviência que os proprietários das grandes áreas esgotadas pela monocultura impunham às categorias de pequenos produtores rurais. Porém como suas áreas não eram registradas em cartório, ocorriam muitos conflitos pela posse ou mesmo desocupações forçadas. Essa nova legislação consolidou o processo corrente, visto que

Paralelamente, buscando a modernização da agricultura, através de políticas agrícolas, crédito subsidiado e incentivos fiscais, inicia-se o processo de transformação da estrutura produtiva regional. Com a implementação do Estatuto da Terra- lei que vai

propiciar o regime militar amenizar as pressões por reforma agrária, por ter possibilitado o consenso entre as partes envolvidas nas questões da terra no país, processa-se na região a expulsão de agregados e posseiros, até mesmo de pequenos proprietários de terra. (COSTA E OUTROS, 2008, p.71)

Porém a prioridade desta legislação privilegiou o desenvolvimento da agricultura em detrimento da reforma agrária. Os agentes ligados aos grandes latifúndios, com maior familiarização com os mecanismos burocráticos, acessam os mecanismos previstos na lei e inseriram áreas comuns, consideradas como terras devolutas, em suas atividades direcionadas a monocultura. Nesse processo os camponeses perderam áreas que eram compatíveis com o sistema anterior, que articula áreas particulares, reconhecidas pelo direito costumeiro, e áreas comuns, utilizadas para atividades de solta do gado, coleta, caça e pesca. Assim, inicia-se um acelerado processo de desestruturação da organização produtiva camponesa subsidiado pelo apoio financeiro para implantação de polos industriais e para que as fazendas fossem modernizadas e estruturasse a produção nos moldes capitalistas, empresas rurais. Condição que resultou em ciclos migratórios sucessivos: o êxodo rural nos anos de 1970. (RIBEIRO; GALIZONI, 2007)

Ao passo que as antigas fazendas eram transformadas em empresas, houve também uma acelerada mudança nos ecossistemas da paisagem dos territórios. A intensificação do uso dos recursos naturais nesse período, resultante da implantação de projetos de pecuária extensiva, de irrigação, de reflorestamento e monocultura de algodão e cana de açúcar, levou a fragmentação do território, e em muitos casos, a expropriação das áreas apropriadas por populações rurais que não dispunham de registro oficial de suas terras de modo que as mesmas eram consideradas devolutas.

2.2 Agricultura Familiar

A conceituação sobre Agricultura Familiar que se propõe baseia-se nas posições de Altafin (2007) cujo estudo exploratório sobre o termo possibilita compreender a origem e os principais contextos de interpretação do mesmo. Na contemporaneidade, existem pelo menos três abordagens, recortes conceituais que abordam o termo agricultura familiar: o acadêmico, o das políticas públicas e a dos movimentos sociais. A autora distingue o uso deste conceito para as Políticas Públicas e para o meio acadêmico.

Quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL,

2006), a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo (ALTAFIN, 2007, p.1 grifos da autora).

Dessa forma o tratamento operacional do conceito se baseia na legislação e propõe diretrizes para as políticas públicas. A Lei 11.326/2006 trouxe uma caracterização bastante abrangente que contribuiu para um maior alcance à Políticas Públicas para Agricultura Familiar. Entretanto, a definição legal de Agricultura familiar foi atualizada no texto do Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017. Ocasão em que algumas exigências foram impostas e podem ter contribuído para que algumas famílias com atividades mais heterogêneas não fossem inseridas nesta categoria. Entre essas especificações, consta que para ser classificado como Agricultura Familiar, a unidade rural deve possuir metade da mão de obra das atividades produtivas oriundas de membros da família, assim como as atividades produtivas devem ser responsáveis por metade de todos os rendimentos.

Interessa neste trabalho a abordagem acadêmica que segundo Altafin (2007) se desdobra em duas principais vertentes: A primeira desvincula a agricultura familiar moderna da agricultura camponesa. Baseia-se no discurso da incompatibilidade de uma economia camponesa com as aspirações das políticas públicas modernas que exigem inovação tecnológica. A segunda corrente de pensamento entende uma Agricultura Familiar contemporânea que agrega várias situações de organização familiar para produção, desde as mais rústicas até as mais tenrificadas, já que

[...] as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade” (ALTAFIN, 2017, p. 2).

Este trabalho baseia-se na segunda abordagem que compreende a Agricultura Familiar como um conceito plural que atende tanto a operacionalização de Políticas Públicas como também é uma categoria de análise que informa a versão moderna do campesinato tradicional e outras categorias emergentes que se estruturam nesta perspectiva.

2.3 Histórico: A Sucessão na Agricultura Familiar brasileira

O estudo de Mello et al (2003) realizado no Oeste de Santa Catarina, região Sul do Brasil, sobre os padrões de sucessão na Agricultura Familiar, observa que até 1960 as unidades

familiares rurais usavam de duas estratégias para garantir a manutenção da estrutura rural até então consolidada: Evitar o parcelamento fundiário e instalar outros membros das famílias nas proximidades. Nesta perspectiva desenvolviam um contexto social e econômico que agregavam filhos e parentes e contribuía para evitar a fragmentação das áreas de trabalho, bem como para criar novas possibilidades de aquisição de novas áreas.

No estudo citado, para garantir certo padrão de sucessão, a dinâmica familiar utilizava-se três estratégias: a instituição do *minorato*², um entendimento coletivo de que a propriedade familiar seria herdada pelo filho mais jovem. Os demais filhos recebiam outras formas de herança. A segunda estratégia era a difusão de uma percepção positiva da profissão de agricultor como referência para vida adulta, ou seja, reproduzir a condição social de agricultor. Por fim, como havia grande disponibilidade de terras, ocorriam um dinâmico mercado entre os agricultores familiares, o que possibilitava agregar novas áreas. Esta estrutura de sucessão, apesar dos conflitos implícitos, era reconhecida socialmente e de certa forma, chegava a ser naturalizada, fato que tornava o processo de sucessão mais fácil.

Outro padrão de sucessão identificado por Moura (1978) em um bairro rural do Sul de Minas Gerais, localidade semelhante a um subdistrito nas configurações atuais, indica que o momento de sucessão se dá principalmente a partir do casamento. Quando o filho atinge a maturidade recebe uma área para trabalhar individualmente (unidade de produção) que ao se casar fica sob seu domínio (unidade de produção + unidade de consumo). Neste sentido, o casamento institui a condição produtiva independente que é estruturada pela prole de filhos. Quanto maior o número de filhos, maior a quantidade de mão de obra, porém cria-se uma ameaça de excessiva fragmentação da terra em virtude dos processos de herança. No caso aqui referenciado, algumas estratégias evitam a fragmentação da terra familiar. Um exemplo

[...] mostrou que com o matrimônio ocorrem soluções mais complexas com relação ao problema da terra. Ao invés de simplesmente trabalhar separadamente o lote seu e de sua mulher, unidos juridicamente pelo casamento, o marido poderá querer comprar o lote de sua própria irmã, contíguo ao seu. Para obter dinheiro para esta compra deverá vender o lote que mulher trouxe para o casamento. (MOURA, 1978, p.42)

Este tipo de transação informa uma solidariedade entre cunhados. De maneira semelhante, um exemplo de transação preferencial de terra entre consanguíneos informa a solidariedade entre irmãos. Uma forma de manifestação desta é quando um dos filhos encontra um trabalho urbano, emigra e negocia sua parte com o irmão. Esses exemplos constituem uma

² Padrão de sucessão que favorece o filho mais jovem.

regularidade possível de negociações e informa um esforço coletivo para garantir que áreas permaneçam com os familiares. Negociações não previstas para esta conjuntura quando efetivadas geram conflitos internos, principalmente quando áreas são vendidas para estranhos.

Depois de meados dos anos 1960, Abramovay (1998) observa que houve uma implosão parâmetros de sucessão tradicional. O fim do *minorato* não necessariamente indica um novo padrão de sucessão e aponta para uma diversidade de critérios que baseiam - se principalmente na condição do filho sucessor. Nesta perspectiva há uma tendência em eleger o filho mais velho, seguindo a tradição britânica, já que os filhos mais jovens teriam mais oportunidades de escolarização, que os credenciarium aos trabalhos em áreas urbanas e as moças aos trabalhos domésticos.

O caráter hierárquico centrado na figura do pai agricultor e gerenciador foi atenuado nessa nova configuração onde os padrões de sucessão são dinamizados em virtude da estrutura fundiária e do contexto socioeconômico. A participação da família no gerenciamento, nas decisões, inclusive no processo de sucessão, torna-se mais democrático, porém a figura do pai nas questões de gerenciamento da propriedade permanece soberana. Algumas análises apontam que “Essa situação é uma ameaça ao próprio desenvolvimento da unidade produtiva, já que, inibe a atividade, o talento e a capacidade inovadora do jovem e estimula-os a buscar alternativas de vida” (ABRAMOVAY, 1998, p.72). Neste contexto, a população rural tende a envelhecer, caso se torne uma opção desinteressante para os sucessores, já que, os jovens em sua grande maioria, não querem esperar os pais falecerem para participar efetivamente do gerenciamento da unidade produtiva.

O poder paterno também reflete na valorização do trabalho dos filhos. No estudo de Abramovay (1998), na grande maioria dos casos, os filhos não tinham uma remuneração regular. Condição vista como problemática e desestimuladora. Porém essa relação de poder conflituosa reflete nos processos sucessórios apenas de maneira superficial, já que conflitos familiares são inerentes às relações sociais como um todo. O que ocorre é uma crescente fragmentação das áreas em virtude de processos socioeconômicos que favoreceram a concentração fundiária e alteraram significativamente à gestão das áreas familiares em todos os aspectos, inclusive na sucessão (RIBEIRO; GALIZONI, 2007).

Nos processos sucessórios, as relações de gênero continuam privilegiando o homem, condição que desestimulam as mulheres de se dedicarem as atividades na propriedade. Nesse sentido, a migração de mulheres para os centros urbanos se deu de forma muito mais acelerada do que a dos homens. Na pesquisa de Camarano & Abramovay (1998), que se baseia em dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), indica que em

1995 havia cinco milhões de homens a mais que mulheres na zona rural da América Latina. Fato que levou a uma masculinização do rural e a um ciclo de descontinuidade recorrente nos processos de sucessão.

Até o final dos anos 1960, 70% da população brasileira residia em áreas rurais. O esvaziamento em massa é identificado a partir de 1970 paralelo a políticas públicas para o desenvolvimento de complexos industriais e disponibilização de maior número de empregos nas áreas urbanas. A pesquisa realizada pela CEPAL reconhece a transição demográfica como um dos fatores do esvaziamento do rural, que resulta na masculinização e envelhecimento da população do campo. Em relação aos jovens, Martins (2007) informa que essa grande movimentação para as atividades urbanas está relacionada a alguns fatores: maior grau de escolarização, maior integração cidade-campo, a insatisfação com o ganho obtido na agricultura, a penosidade do trabalho rural e a falta de infraestrutura na propriedade.

Entretanto todos esses fatores resultam de um modelo econômico que sempre privilegiou a economia externa, no caso dos anos 70 especificamente, as políticas de modernização da agricultura, popularizada com revolução verde, estavam atreladas a segunda revolução industrial, que resultou em um processo de urbanização acentuado em virtude da necessidade de alocação de mão de obra para as atividades industriais e de consumidores para os produtos industrializados. Como no Brasil, a agricultura era desarticulada da economia nacional, gerava problemas para a industrialização. Nesse sentido o governo subsidiou a modernização da agricultura através de empréstimos subsidiados e pacotes tecnológicos que mudava a forma de produzir e parte da dinâmica rural brasileira. Esse novo sistema agrícola tinha como principal objetivo aumentar a produtividade para alimentar a crescente população urbana e ainda fornecer excedentes de trabalhadores às atividades industriais.

Nessa dinâmica, os trabalhadores rurais ao se tornarem assalariados eram também consumidores dos produtos processados pela indústria. A especialização nas atividades rurais resultou em mais consumidores. O problema foi agravado pela seletividade da Política Pública de subsídio. Apenas alguns produtores acessaram os recursos, apenas alguns produtos podiam ser cultivados e em algumas regiões de interesse. Além do incentivo financeiro, áreas utilizadas tradicionalmente pelos agricultores familiares foram classificadas com devolutas e disponibilizadas para o monocultivo (RIBEIRO; GALIZONI, 2007). Assim os territórios tradicionais foram fragmentados. As áreas tradicionais da Agricultura Familiar, geralmente reconhecidas pelo direito costumeiro, foram inseridas nas áreas das novas empresas agrícolas. As áreas tradicionais ficaram restritas e os trabalhadores rurais tiveram que buscar outras estratégias para sua reprodução, dentre as quais, a migração definitiva para os centros urbanos,

as atividades sazonais, a venda de diárias e atualmente a pluriatividade, que trabalham um tempo como agricultor e o outro em outras atividades não agrícolas.

2.4 Desenvolvimento Local e Pluriatividade

Esta reflexão sobre desenvolvimento considera algumas abordagens históricas e relaciona-as com as estratégias contemporâneas apropriadas pela Agricultura Familiar. Para tal, considera-se a sistematização do conceito realizado por Rodrigues (2013) subsidiada por Mota (2001) em que o conceito de desenvolvimento apresenta três princípios temporalmente distintos, mas que, interrelacionam entre si porque são cumulativos: 1- Desenvolvimento como Progresso; 2- Desenvolvimento como Bem Estar Social; e 3- Desenvolvimento Sustentável.

O Desenvolvimento como Progresso, difundido no Século XVIII, focalizou as diversas concepções progressistas de desenvolvimento, que conforme Luz (1988), romperam sucessivamente com a visão holística, simétrica e cosmológica da relação homem/natureza. Nesse processo, a escala de produção como uma condição de desenvolvimento cada vez mais dinâmica, estimula uma assimetria nas relações de trabalho por meio do modo de produção capitalista. O desenvolvimento tecnológico gera assim, uma superprodução, à medida que a mecanização da produção reduz a participação direta do homem na estrutura produtiva, gerando assim, um déficit de empregabilidade. Nesse sentido, Rist (1997) ressalta que a condição de ócio resultante desta estrutura de produção, modifica as relações interpessoais a ponto de tornar-se relações biológicas como a reprodução humana, em relações mercadológicas, isso subsidiado pela própria capacidade tecnológica de substituir algumas funções eminentemente biológicas. Essa analogia sintetiza uma visão de mundo onde a supervalorização da tecnologia disfarça os efeitos sociais negativos implícitos a esse processo, que liberta o homem dos seus laços sociais para aprisioná-lo numa busca infinita pela felicidade fetichizada no aparato tecnológico.

O Desenvolvimento como Bem-estar social, percepção difundida no Século XX, pós Segunda Guerra, resultou dos conflitos gerados pela assimetria recorrente ao processo crescente de desigualdades subsidiadas pelo Desenvolvimento como Progresso. O Estado passa a fazer o papel de regulador dessa relação através de intervenções sociais. Se até a década de 1930 do século XX a ideia de desenvolvimento estava fortemente ligada à produção material e ao mercado como principal mecanismo de distribuição (...) “depois da Segunda Guerra aquela ideia passa a estar associada ao bem-estar social, pois o desenvolvimento passa a ser identificado como direitos sociais, segurança social e políticas redistributivas de renda”. (MOTA, 2001, p.30). Nessa perspectiva, Kliksberg (2003), afirma que a revolução tecnológica

criou uma distância enorme entre ganhadores e os perdedores nessa lógica eminentemente econômica e desenvolvimentista, cujo foco é a concentração e centralização de capital em determinada classe e em determinada área geográfica, como ocorreu com a Revolução Verde no Brasil, que privilegiou apenas os latifundiários. E como mostra a história de alguns países, que, com o apoio dos organismos internacionais, criam as políticas de distribuição de renda para minimizar as mazelas sociais resultantes desse processo. Porém essa nova óptica do desenvolvimento está longe de ser uma mudança de paradigma.

A intervenção do Estado através dos sistemas de seguridade social, toma para si a responsabilidade de minimizar as mazelas sociais geradas pelo sistema capitalista, e não propõe mudanças estruturais opostas à estrutura consolidada no desenvolvimento como progresso, criando uma coexistência peremptória entre os dois paradigmas de desenvolvimento. Para Rist (1997) o desenvolvimento é um termo fetichizado, em torno do qual todo um aparato se forma para proporcionar uma condição de desenvolvimento que (...) “aparece, no caso, como um sentimento subjetivo de satisfação que varia de indivíduo para indivíduo, e no outro como uma série de operações para qual não há nenhuma uma prova que, a priori, realmente contribuam para se chegar ao objetivo declarado.” (RIST, 1997, p.33). E assim, mobiliza recursos das esferas sociais, políticas e naturais.

No terceiro contexto apresentado por Mota (2001) e difundido a partir de 1960, a questão ambiental toma o centro da discussão, ao passo que o uso irrestrito dos recursos naturais é assimétrico ao tempo necessário para a recomposição do mesmo pela natureza. Nessa perspectiva, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi cunhado e difundido como resposta ao limite imposto pela própria natureza e aponta os limites para o desenvolvimento. Marx (1963) chamou esse processo de disfunção na relação homem/natureza, cujo ambiente natural demanda um tempo de reprodução maior do que o permitido pelo modo apropriação dos recursos naturais no sistema capitalista. O conceito de desenvolvimento sustentável propõe então “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (MOTA, 2001, p. 37). Este conceito, originário da economia ecológica, tem sido um dos mais institucionalizados” (RODRIGUES, 2009), porém, para Carneiro (2005) a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável envolve contradições com relação à questão ambiental e as relações produtivas, quando relacionada a ótica capitalista atual. Baseando se nas proposições de O’Connor (1988), Carneiro (2005) retoma a discussão de que o sistema capitalista é contraditório e por si só, incapaz de gerar sustentabilidade até para si mesmo, como discutido por Marx (1963). O autor ressalta que a intervenção do estado, através de políticas públicas

ambientais, reproduz a condição de desenvolvimento autocontraditório, já que atua para viabilizar a disponibilidade de recursos naturais e financeiros para alimentar a lógica mercadológica capitalista, que por sua vez demandará de intervenção estatal na esfera social e natural em um processo sempre crescente. Nesse sentido, a intervenção estatal se torna arbitrária já que subsidia empreendimentos privados sob um discurso social através da mobilização de recursos públicos. Sendo assim, o autor aponta o limite do conceito, sustentabilidade, quando o mesmo vem atrelado a uma lógica eminentemente desenvolvimentista, visto que seu principal objetivo perpassa pela garantia de um capital natural que continuará subsidiando o desenvolvimento em seus moldes progressistas.

No contexto do desenvolvimento local, várias estratégias implicam um esforço em integrar economias locais no contexto global sem romper com a essência baseada na sustentabilidade ambiental, econômica e social. Entretanto o contexto local articula vários sujeitos e relações de poder que implica maior respaldo político para os grupos produtivos em sistemas familiares e ou similar, para que os mesmos se defendam em pé de igualdade com os demais (MILANI, 2005). Na maioria das situações de reivindicação de direitos, a atuação de mediadores possibilita maior equilíbrio nas relações de poder entre os sujeitos envolvidos. Já que “mediador é o agente que estabelece a interação e o diálogo com as comunidades, possibilitando desse modo, o acesso às políticas públicas e aos direitos” (LOPES, 2019, p.45). Nessa perspectiva, entende-se que o desenvolvimento para se tornar efetivo, necessita de um esforço para dinamizar as relações de poder, onde os sujeitos locais devem estar inseridos nos processos deliberativos que envolvem intervenções diretas ou indiretas, principalmente no que se refere à potencialização da produção, comercialização e gestão do território, visto que essas populações e grupos familiares tradicionais são historicamente os gestores que eminentemente se pautaram na sustentabilidade.

Em todas as concepções de desenvolvimento, a agricultura familiar se reinventou e buscou alternativas para dinamizar a produção e se manter como categorial social e produtiva de grande importância para o Brasil. Nesse sentido, Schneider (2009) compreende a pluriatividade como uma característica da agricultura familiar contemporânea. Elemento que incide sobre esta categoria uma vantagem adaptativa, cuja dinâmica rural se insere parcialmente em atividades urbanas como estratégia para se manterem em seus estabelecimentos. O referido autor pressupõe que, as políticas públicas devem se pautar nesse dinamismo para potencializar pequenos e médios empreendimentos rurais. Nesse sentido

O reconhecimento social, político e institucional da importância da agricultura familiar no Brasil é hoje um fato consumado. Desde o início da década 1990, assiste-se a uma legitimação cada vez mais notória em relação a essa categoria social. O fato de a agricultura familiar ter assumido um espaço político de destaque nacional tem provocado no Brasil a emergência de um debate instigante sobre os processos de desenvolvimento rural sustentável. (SCHNEIDER ,2007, p.15)

Entretanto, a atual definição legal de Agricultura Familiar, por meio do Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017, define que pelo menos a metade da renda e do trabalho utilizado nas unidades familiares devem ser eminentemente familiares. Essa condição pode excluir das políticas públicas uma quantidade significativa de produtores familiares em que membros da família desenvolve atividades externas e ou urbanas. No último censo agropecuário do IBGE (2017), primeiro após a nova legislação, o número de agricultores familiares reduziu 9,5%, e os trabalhadores que se dedicavam a produção familiar reduziu 17,6%. Técnicos responsáveis pelo censo, atribuem essa redução nos números da agricultura familiar ao desinteresse dos jovens em continuar com as atividades dos pais e buscarem formas de complementação de renda em áreas urbanas ou mesmo trabalhos rurais externos.

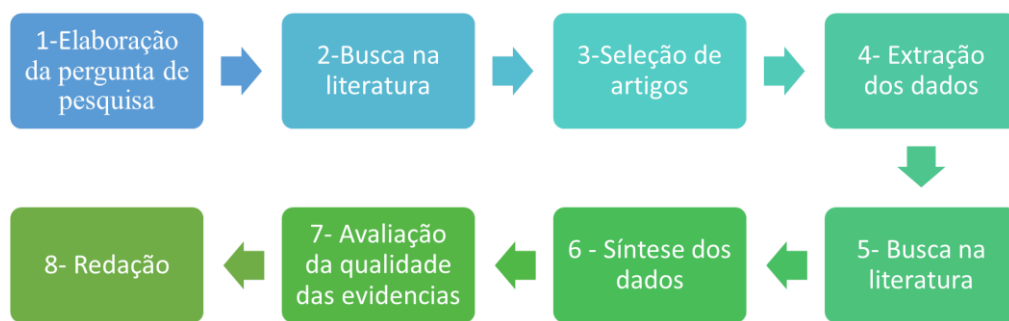
Em contrapartida, a produção diversificada e iniciativas de pluriatividade contribuem para que o agricultor familiar mantenha suas atividades rurais e complemente sua renda com atividades não rurais. Não constitui uma condição ideal, mas é uma alternativa em contexto de redução da mão de obra familiar, que pode estar relacionada ao desinteresse dos jovens, mas também em virtude da estruturação de sistemas familiares com maquinários, fato que reduz significativamente a necessidade de toda família trabalhar no campo e ou durante tempo integral.

Nesse sentido, nos anos de 1970 a Política do estado que subsidiou a revolução verde privilegiou um grupo de agricultores, os latifundiários, e excluiu os pequenos agricultores. Na contemporaneidade, o Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017 ao desconsiderar a pluriatividade, exclui membros da agricultura familiar e desestimula o desenvolvimento da diversificação da produção e geração de renda no campo. Verifica-se uma marginalização dos pequenos agricultores em virtude das restrições impostas pela desqualificação das atividades de agricultor em virtude das exigências do percentual de renda decorrente das atividades exclusivas da propriedade.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho utiliza-se a revisão sistemática de literatura como recurso metodológico e a comparação como recurso discursivo. Conforme Galvão e Pereira (2014) as revisões sistemáticas são estudos por meio de dados secundários oriundos de dados de estudos primários que possuem como prerrogativa uma pergunta orientadora. Neste sentido o processo da pesquisa sistemática prevê:

Figura 1 – Fases da pesquisa



Fonte: Galvão; Pereira, (2014). Org. da autora

O principal questionamento, que redonda no objetivo deste trabalho, é compreender, quais são as aspirações da juventude rural em relação à continuidade das atividades dos pais agricultores? A partir desta questão, realizou-se busca sistemática no Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal de periódicos da Capes. Os termos indexadores foram: sucessão na agricultura familiar e juventude rural e agricultura familiar. A partir da busca selecionou-se 6 artigos cujos resumos eram pertinentes com as questões abordadas, porém os estudos seguem alguns critérios para definir dois artigos a serem analisados.

A seleção dos artigos priorizou o ano da realização da pesquisa a partir de 2007, posterior a Lei 11.326/2006, primeira a fixar diretrizes para a categoria de Agricultor Familiar. A extração dos dados foi realizada através de leitura e releitura sistemática que possibilitou reconhecer as categorias de análise de cada artigo e relacioná-las com o objetivo do estudo pretendido. Nesta fase recorreu-se a bibliografia utilizada pelos autores dos estudos primários e algumas foram selecionadas para leitura complementar.

Para a avaliação da qualidade metodológica foi considerado a afinidade nos objetivos e o público sobre os quais os dados foram coletados. Em ambos os estudos a

abordagem era sobre sucessão na agricultura familiar e os dados coletados a partir do ponto de vista da geração atual (os pais e mães) e do ponto de vista dos potenciais sucessores (os jovens). Os estudos selecionados estão especificados no Quadro 1.

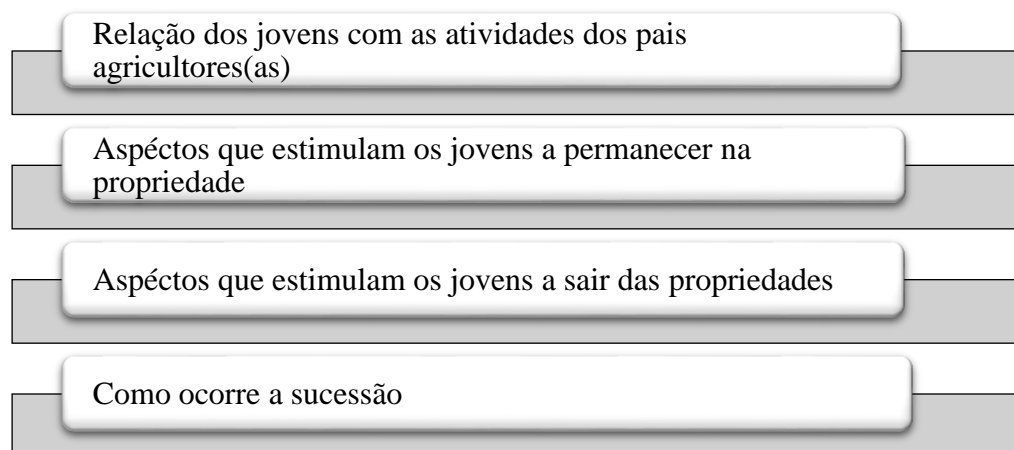
Quadro 1- Estudos Selecionados

Estudo/local	Título	Autores	Fonte
Estudo 1 Veredinha (MG) Turmalina (MG)	<i>Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais</i>	Kênia Fabiana Cota Mendonça; Eduardo Magalhães Ribeiro; Flávia Maria Galizoni; Hélder dos Anjos Augusto.	Revista Brasileira de Estudos de População São Paulo, v. 30, n. 2, p. 445-463, dez. 2013
Estudo 2 Uberlândia (MG) Piracicaba (SP)	<i>Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba - SP e Uberlândia-MG.</i>	Márcia Freire Oliveira; Luciano Mendes; Andrea Costa Van Herk Vasconcelos.	Rev. Econ. Sociol. Rural vol.59 no.2 Brasília, 2020.

Fonte: Da autora, 2021

Para realização da síntese dos dados foi construído um quadro com elementos a serem identificados em cada estudo. O quadro compôs quatro categorias de análise que orientou a comparação posteriormente:

Figura 2- categorias de análise



Fonte: Da autora, 2021.

A qualidade das evidências foi identificada relacionando as categorias de análise com os resultados, considerando as especificidades de cada estudo. Nesta fase tanto o contexto socioeconômico de cada estudo quanto a abordagem metodológica dos autores foram considerados.

Para redação dos resultados foi utilizada a comparação entre os dois estudos. Nesta fase o quadro síntese possibilitou construir um parâmetro, porém a análise foi subsidiada pelo referencial teórico realizado na fase inicial deste estudo e na bibliografia complementar através da leitura dos textos originais citados pelos autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção realiza-se uma síntese dos dados dos dados coletados pelos estudos selecionados na revisão sistemática. Inicia-se pelo estudo no Alto Jequitinhonha, nos municípios de Veredinha (MG) e Turmalina (MG) e posteriormente os resultados do estudo realizado em Uberlândia (MG) e Piracicaba (SP). Por fim, realiza-se a comparação entre os dois estudos por meio da sistematização dos dados em quadro comparativo.

4.1 Estudo 1- Alto Jequitinhonha – MG - municípios Veredinha e Turmalina

Tanto a contextualização como os resultados descritos a seguir resultam de resumo sobre o trabalho citado no quadro 1 com sucessiva análise do mesmo. Porém em alguns trechos recorre-se a outras bibliografias para fundamentar categorias de análise.

O estudo no Vale do Jequitinhonha foi realizado com duas gerações, sendo a geração atual de agricultores familiares e os filhos da mesma. No estudo também foram incluídos os irmãos e irmãs da geração atual na abordagem sobre o padrão de sucessão que resultou na configuração atual. Porém neste trabalho considera-se apenas os pais (geração atual) e os possíveis sucessores (jovens que participaram da pesquisa e os dados relacionados aos seus irmãos), exceto em abordagens que seja necessário recorrer aos dados relacionados aos tios e tias dos jovens do estudo.

A coleta de dados foi realizada no ano de 2007 em várias comunidades rurais do alto Jequitinhonha, especificamente nos municípios de Veredinha (MG) e Turmalina (MG). Nesta região a relação entre família e trabalho assume importância fundamental para reprodução dos sistemas familiares de produção. Conforme o estudo realizado por Mendonça, et al. (2013) se baseando nas definições de Wolf (1976) o significado de família admite significado duplo podendo ser a família nuclear (pai, mãe e filhos) ou família extensa onde mais de uma família nuclear integra a unidade de produção. Nessa última a junção de várias famílias é entendida como estratégia para evitar a fragmentação das propriedades.³

A condição de Agricultor Familiar possui significado de autonomia e liberdade e relacionam o trabalho assalariado ou outras categorias de trabalho externo como limitação destas. Nessa e em outros sistemas de produção familiar, a divisão do trabalho assume um caráter complementar entre a unidade de consumo e a unidade de produção, sendo a primeira

³ Sobre a estruturação dos espaços das propriedades e da organização do trabalho no tempo e no espaço nessa região consultar Galizoni (2000)

relacionado à casa e as mulheres e a segunda relacionada aos homens e o trabalho na lavoura. Nesse sentido, Herédia (1979) esclarece que, as unidades de produção camponesa articulam-se a unidades de consumo e a unidade de produção. A unidade de produção é típica do mundo masculino, na figura do pai, o provedor do alimento, através do domínio do roçado. A unidade de consumo é, pois, vinculada ao mundo feminino, ou seja, às atividades da casa onde se transforma a produção em alimento. Porém o domínio de cada unidade não restringe a participação ativa das mulheres nas unidades de produção, bem como a participação masculina nas unidades de consumo. Nesse sentido, o censo agropecuário de 2017 destaca um crescimento de unidades de produção da Agricultura Familiar onde mulheres são as responsáveis pelas atividades produtivas. Os filhos desde de crianças são inseridos nas atividades e vão assumindo novas responsabilidades de forma gradativa tendo os pais, as mães e as relações comunitárias como referência.

O Estudo 1 teve como base pesquisa quantitativa e qualitativa em caráter exploratório. A abordagem foi feita a partir da história de vida e orientada por roteiro com as questões de referências para o estudo. A observação também foi utilizada como recurso de coleta de dados. A amostra selecionou 10% do total de agricultores(as) familiares dos dois municípios a partir da indicação de instituições parceiras locais. A população da pesquisa foi composta por duas categorias, casais e jovens, sendo 40 casais e 40 jovens (20 mulheres e 20 homens). Porém nas entrevistas as informações coletadas foram estendidas aos demais irmãos (ãs) dos jovens e aos filhos dos irmãos (ãs) dos casais. Abaixo no Quadro 2 a síntese das pessoas entrevistadas bem como a abrangências prática da pesquisa.

Quadro 2- Pessoas entrevistadas e abrangência das informações do estudo 1

Categoria	Nº de entrevistados (as)	Abrangência das informações
Casais	40 x 2 = 80	141 filhos (as) 282 irmãos (ãs)
Jovens	20 Moças + 20 rapazes	115 irmãos (ãs) dos jovens
total	120 pessoas	538 pessoas

Fonte: adaptado de Mendonça et al, 2013.

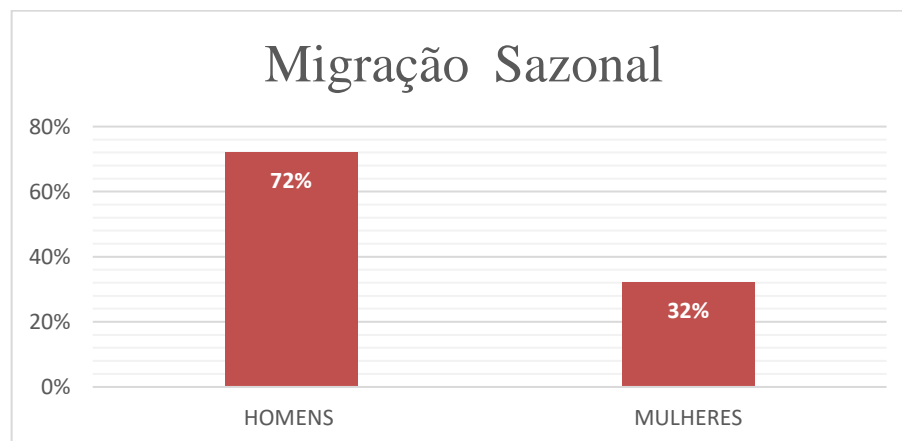
Quanto à renda familiar

(...) a amostra seguiu a proporcionalidade dos grupos definidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: grupo B, renda familiar anual bruta até R\$ 2 mil; grupo C, renda familiar anual bruta entre R\$ 2 mil e R\$ 14 mil; e grupo D, renda familiar anual bruta entre R\$ 14 mil e R\$ 40 mil (ORTEGA, 2008). Foi feita correção na amostra do grupo D, em face de modificações apontadas pelas agências de crédito e extensão rural no perfil da distribuição entre 1996 e 2006. (Mendonça, et al, p.447)

Os casais compunham três faixas de classificação de renda (Menor renda, Média renda e Maior renda) e escolarização aproximada foi de 3 anos para homens e 4,3 anos mulheres. No grupo de maior renda, a média de filhos por casal foi de 3,5. Já nos grupos de menor renda ficou em torno de 4,5 filhos. Os homens entrevistados possuíam média de idade de 49 anos de e as mulheres, 47 anos de idade. Os jovens entrevistados possuíam faixa etária entre 12 e 25 anos.

No estudo foi identificado pela história de vida dos adultos entrevistados que 100% dos mesmos já haviam migrado sazonalmente pelo menos uma vez durante sua trajetória. O percentual de migração entre homens e mulheres segue os dados do Gráfico 1.

Gráfico 1 – Percentual de migração sazonal entre gêneros



Fonte: Mendonça et al, 2013.
Org. Da autora

É recorrente um maior movimento migratório entre os homens, 72%, porém indica também um maior retorno e fixação no meio rural pelos mesmos, visto que todos os entrevistados são agricultores que permaneceram no meio rural. No caso das mulheres, embora a dinâmica migratória tenha sido menor na amostra das que permaneceram no meio rural, também é uma indicação de que uma quantidade muito maior migrou e permaneceu no meio urbano como observado pelas projeções da CEPAL (1995). Considerando que a taxa de migração sazonal quando analisado no âmbito de toda coletividade, indica uma mobilidade

maior dos homens entre o urbano e o rural, indica também que a migração permanente é maior entre as mulheres. Para Graziano da Silva (1982) a masculinização do rural possui relação com o processo de modernização agrícola ocorrido no Brasil a partir de 1960. Nesse processo o governo priorizou aspectos relacionados a grande especialização da produção, a mão de obra individualizada em detrimento do familiar. Neste contexto, a mulher que possuía uma condição complementar no processo produtivo, passa a ser vista como improdutivo (BRUMER: 1996) fato que desestimula a permanência da mulher nas unidades familiares agrícola.

No caso do estudo realizado no Vale do Jequitinhonha, a migração sazonal aparece como uma estratégia para evitar a fragmentação das áreas familiares. Constitui como uma alternativa temporária, que em alguns casos se torna permanente, principalmente entre as mulheres. O trabalho nas áreas urbanas ou em atividades agrícolas sazonais possibilitam a estruturação da propriedade, ou mesmo a compra de outras áreas que integrarão outros sistemas de produção familiar. Nesse processo, a renda está diretamente relacionada à necessidade de migrar ou não. Quanto menor a renda familiar maior a necessidade de procurar outros destinos temporários. O estudo informa que

Seus destinos foram os Estados de São Paulo, Paraná e Goiás, ou outros municípios de Minas Gerais, principalmente João Pinheiro, Paracatu, Curvelo, Pompéu e Belo Horizonte. Migrar temporariamente para cada um desses lugares, porém, foi decidido a partir das circunstâncias de época, da idade do migrante e da sua localidade de origem. (MENDONÇA et al. p.452)

E que,

(...) as idades em que esses agricultores migraram: 63% deles começaram ainda na adolescência, 22% depois de casados; contudo, 68% migraram quando solteiros e os 25% que o fizeram depois de casados migraram no máximo três vezes. Há forte relação entre classes de renda e migração, comprovando a necessidade de buscar recursos para adquirir rebanho, equipamentos e terras. (MENDONÇA et al. p.453)

Os movimentos migratórios e o esforço produtivo tinham um objetivo em comum, gerar poupança para melhorar a estrutura das propriedades ou adquirir mais terras. Nesse sentido foi verificado que

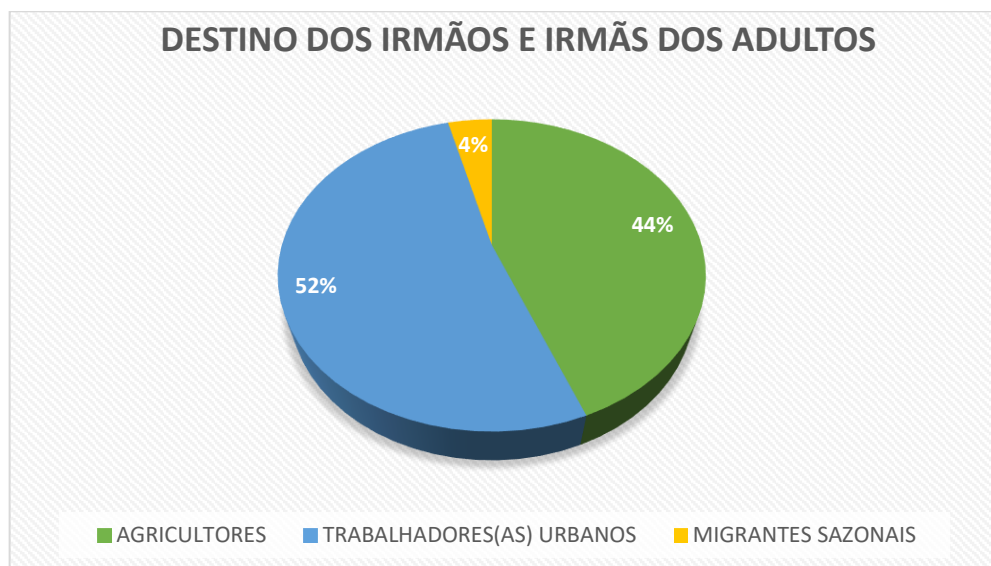
Cada lavrador desenvolve estratégia própria para adquirir e/ou melhorar sua unidade produtiva. Entretanto, suas histórias têm aspectos em comum: formam patrimônio pelo trabalho, economizam recursos para criar excedentes e buscam maximizar esses excedentes. Fazendo economia, eles geram poupanças que guardam em casa, em bancos ou investem, principalmente em criações como gado, porco ou galinha, porque consideram importante, como dizem, "fazer o recurso girar". Gado é considerado o melhor investimento: "Não existe outra criação, caso você queira comprar terra, a não ser o gado" (Senhor V.). Porém, segundo seus relatos, gado dá despesa e ocupa tempo,

pois é necessário plantar capim, fazer silagem, alimentar o animal e, às vezes, comprar ração. (MENDONÇA et al. 2013, p.453)

O gado constitui como principal reserva de valor, porém demanda de considerável esforço produtivo e compromete parte da receita. A compensação pelo investimento no gado se dá pela valorização do mesmo nas negociações para adquirir novas áreas.

Nas informações sobre os irmãos e irmãs dos entrevistados, ficou constatado que a grande maioria dos filhos de agricultores se tornaram trabalhadores urbanos. Menos da metade se mantiveram como agricultor familiar. Essas informações são representadas em percentual no Gráfico 2.

Gráfico 2- Destino dos irmãos e irmãs dos adultos



Fonte: Mendonça et al, 2013.
Org. Da autora

Dentre os agricultores que se tornaram sucessores, o processo de sucessão seguiu diversos formatos. Os mais comuns consideram

A trajetória de vida entre os irmãos adultos é que define a sucessão e está relacionada diretamente à conjuntura familiar, destino dos irmãos e perfil produtivo. Assim, os adultos tornaram-se agricultores por circunstâncias distintas: 52,5% foram indicados sucessores por seus pais e 47,5% construíram a condição de agricultores em sítios diferentes, no próprio município. Os motivos para serem escolhidos sucessores dependeram de fatos como seu único filho homem, ter sido o único a permanecer no domicílio, por ter construído o direito à terra por meio do trabalho, ou pelo destino diverso dos irmãos, que emigraram em definitivo e encontraram trabalho e casamento em outro lugar. (MENDONÇA et al.2013, p.453)

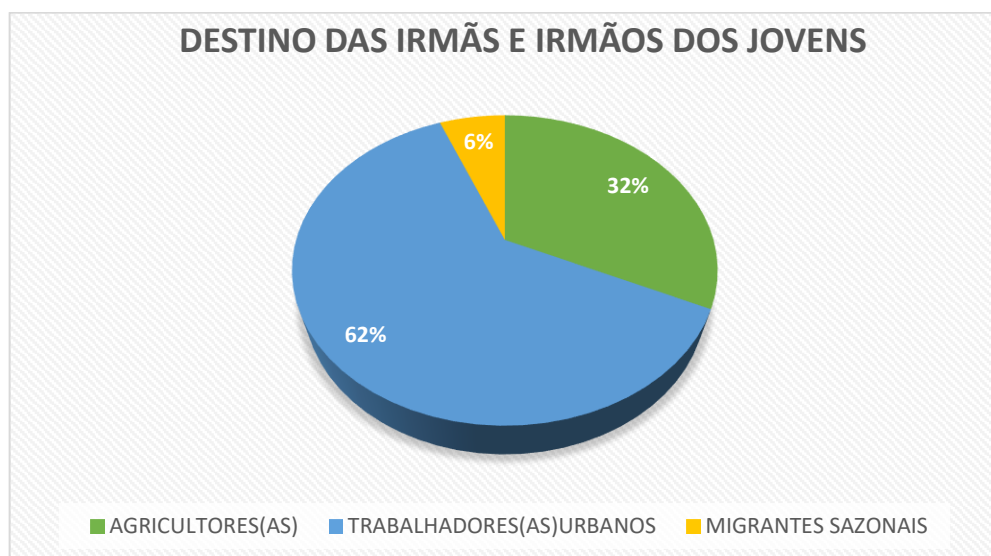
Quando ocorre a indicação dos pais é considerado a trajetória dos demais irmãos e o direito adquirido pelo trabalho na terra. Para Woortrmann (1997) a lógica camponesa se baseia em uma concepção econômica específica, diretamente relacionada ao simbolismo da transformação do ambiente do sítio pelo trabalho. Neste sentido Mendonça et. al (2013) destaca que

Entre os adultos entrevistados que se tornaram sucessores(as) dos pais – herdaram casa e unidade de produção para continuarem nas mesmas atividades –, 90% residiam e trabalhavam na mesma unidade que seus pais herdaram de seus avós. Eles valorizam o fato de residir e trabalhar na unidade familiar, pois assim guardam o patrimônio e a memória da família e, além de herdarem a terra para manter sua família, receberam recursos como animais, engenhos de cana-de-açúcar e alambiques, equipamentos relacionados às atividades produtivas. (MENDONÇA et al.2013, p.453)

O saber fazer e o conhecimento sobre a terra e sobre a dinâmica do sítio, contribuiu para o reconhecimento dos pais para indicação à sucessão.

Quanto ao destino das irmãs e irmãos dos jovens, é evidente a progressão dos índices de trabalho urbano em detrimento dos jovens que se tornaram agricultores. 62% dos jovens que não estavam estudando, se dedicavam a trabalhos urbanos e 32% se tornaram agricultores. O Gráfico 3 indica a progressão do trabalho urbano entre os jovens.

Gráfico 3: Destino das irmãs e irmãos dos jovens



Fonte: Mendonça et al, 2013.
Org. Da autora

Nesse grupo, a escolaridade aumentou significativamente e se justifica pela melhoria da estrutura de ensino e valorização social da formação escolar. Muitos pais buscam várias estratégias para garantir a manutenção dos filhos na escola. Uma delas é articulação com

várias entidades para manutenção da Escolas Família Agrícola (EFA), localizada no Município de Veredinha, onde todos os jovens entrevistados estudam em regime de alternância: 15 dias na escola e 15 dias nas atividades familiares. Nessa dinâmica recebem conhecimento técnico que pode ser aplicado nas unidades familiares.

Considerando que os dados retiram da amostra os jovens em idade escolar, essa progressão pode ser ainda mais acentuada, pelo menos temporariamente, em virtude da predisposição às atividades sazonais pelos jovens antes do casamento. Nessa região a escolarização não influenciou no processo de decisão para indicação do sucessor. O nível de escolaridade era similar tanto para os irmãos e irmãs agricultores como para os trabalhadores (as) urbanos.

Quanto ao processo de sucessão previsto no âmbito dos 40 jovens entrevistados que ainda permanecem na propriedade dos pais, das 23 unidades produtivas que estão preparando seus sucessores, apenas 8 já possuem uma condição de sucessão já definida, sendo todos homens e já trabalham junto com seus pais nas unidades familiares. O quadro 3 sistematiza o processo de sucessão em curso.

Quadro 3 – Condição de sucessão em curso Veredinha e Turmalina

Condição de Sucessão	Situação	Quantidade de Famílias
Vago horizonte	Menores de 17 anos ou ocupações urbanas	14
‘Preparando sucessores	Sucessores definidos	08
	Sucessores não definidos	15
Sem sucessores		3
Total		40

Fonte: adaptado de Mendonça et al, 2013.

Em três propriedades já é certo de que não haverá sucessores na família, já que os filhos nunca trabalharam com os pais e essa é uma das condições para o processo de sucessão na agricultura familiar. Essa condição implica em uma futura venda da unidade produtiva, que provavelmente será negociada para outros parentes ou alguém da própria comunidade.

4.2 Estudo 2 – Uberlândia (MG) e Piracicaba (SP)

A contextualização que segue bem como os resultados descritos a seguir resultam de resumo sobre o trabalho citado no Quadro 1, com sucessiva análise do mesmo. Porém em alguns trechos recorre-se a outras bibliografias para fundamentar categorias de análise.

Com o objetivo de compreender os fatores que levavam os jovens a optar por permanecer ou não nos empreendimentos de agricultura familiar localizados no entorno das cidades de Uberlândia (MG) e Piracicaba (SP) o estudo analisado utilizou pesquisa qualitativa de caráter descritivo por meio de questionário semiestruturado.

O município de Uberlândia está localizado na região do triângulo mineiro e as unidades familiares da pesquisa possuem áreas de até 100 hectares. Piracicaba localiza-se a noroeste da capital do estado de São Paulo, distando desta cerca de 164 km. O estudo foi feito nas proximidades das sedes dos municípios e o recorte por área foi de propriedades com até 50 hectares. As duas regiões possuem alto potencial agrícola e integram o estudo principalmente pela semelhança nas atividades produtivas que possibilitou comparar o processo de sucessão baseado em fatores internos, como a percepção dos jovens e da família, bem como aspectos externos como políticos, econômicos e sociais.

O público da pesquisa foi composto pelos responsáveis atuais pela unidade rural denominados no estudo por pais e mães e alguns de seus filhos e filhas que representaram a categoria de jovens da pesquisa e são os potenciais sucessores. O estudo foi realizado entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017 e a amostra foi definida pela saturação nos resultados⁴. O Quadro 3 informa a composição dos informantes da pesquisa.

Quadro 4: Pessoas entrevistadas no estudo 2

Município	Pais e mães Agricultores (as)	Jovens (moças e rapazes)
Uberlândia (MG)	10	12
Piracicaba (SP)	10	13
Total	20	25

Fonte: adaptado de Oliveira; Mendes; Vasconcelos, (2020).

Embora nas famílias a idade dos filhos variassem de 17 a 40 anos, a pesquisa considerou apenas os filhos até 29 anos. Em todos os domicílios as atividades econômicas eram

⁴ Quando os dados começam a ser repetitivos e não justifica estender a coleta de dados.

restritas à propriedade e desenvolvidas com mão de obra familiar. As atividades mais comuns são a produção de hortaliças, criação de gado de leite e produção de derivados do leite.

Nos dois municípios os agricultores relataram ter vínculo familiar histórico com as propriedades e aprenderam atividades relacionadas a produção e gestão com o pai. Assim, são sucessores da geração anterior. Os demais filhos exerciam atividades urbanas, mas mantinham vínculo regular com as famílias e as propriedades.

Os pais entrevistados, em sua grande maioria homens, possui pouca escolarização. Os filhos por sua vez possuíam curso superior ou estavam cursando. Quanto a renda variava entre 2 e 30 salários mínimos. Os dados foram tratados por análise de conteúdo.

Nos dois municípios os relatos mostraram que não é uma obrigação continuar na propriedade, mas uma opção cujas principais motivações é a boa gestão entre pais e filhos. Principalmente quando essa gestão é compartilhada com os demais responsáveis pela produção e existe uma divisão equitativa dos rendimentos. Além disso, o fato de que nos dois municípios as propriedades eram próximas à cidade, várias configurações de estudo e trabalho eram possíveis sem se desvincular totalmente da propriedade. O estudo indica pelo menos 4 arranjos: (1) morar na cidade e trabalhar na propriedade rural; (2) morar na propriedade rural e trabalhar na cidade; (3) morar e trabalhar na cidade, mas ajudando na propriedade rural; (4) morar e trabalhar na propriedade rural.

Tanto os pais quanto os filhos reconhecem que o meio urbano oferece atrativos, principalmente relacionados a trabalhos que demande menos esforço físico, visto que seus filhos possuem formação técnica e podem optar por sair da propriedade. Nesse sentido os pais buscam comprar implementos que facilite o trabalho dos jovens e aumente a produtividade. Assim o retorno financeiro seria compatível e até superior às atividades urbanas. As Políticas Públicas para Agricultura Familiar, principalmente PRONAF, foram reconhecidas como incentivo importante nesse processo de estruturação das propriedades.

Porém existe também uma relação conflituosa entre pais e filhos. Principalmente relacionadas à gestão da propriedade. A disparidade no nível de escolaridade gera impasses entre a tradição e a modernidade. Assim os jovens reconhecem que as mudanças são necessárias, mas evitam o embate com seus pais e vão introduzindo mudanças aos poucos. À medida que vai dando certo os pais vão sendo menos incisivos.

Um elemento positivo para a permanência dos jovens no campo, quando associada a outros fatores, são o apoio de instituições externas às atividades nas unidades produtivas. Ainda que os Agricultores e seus filhos vejam os programas do governo apenas como apoio para aquisição de insumos e equipamentos agrícolas, no caso de Uberlândia em que todos os

filiados integravam uma cooperativa, a permanência dos jovens no decorrer da pesquisa se baseia na melhor estruturação das unidades familiares. Os jovens citam como positiva outras formas de atuação externa, como oferta de cursos de capacitação e redução dos preços dos insumos agrícolas. Já em Piracicaba, havia grande expectativa no desenvolvimento de uma cooperativa criada pelos jovens. O principal estímulo era comprar equipamentos para o beneficiamento da produção como forma de agregar valor.

Nas duas localidades não existe um planejamento formal para a sucessão da propriedade, mas fica implícito a preferência por um sucessor entre os filhos homens. Também não existe uma imposição dos pais para a permanência dos filhos na propriedade, porém os mesmos reconhecem a predisposição dos filhos a se dedicarem a atividades externas urbanas mesmo que de maneira temporária ou alternada. Os Jovens, mesmo com conhecimento acadêmico reconhece o conhecimento prático dos pais é importante para produção e gestão da propriedade, fato que sugere um padrão de sucessão pautado na convivência entre gerações e responsabilização do sucessor de maneira integral só após a morte do pai.

Em Uberlândia a facilidade de mobilidade em função da proximidade das propriedades ruais com a sede do município facilita o hibridismo nas relações ruais urbanas e possibilita vários arranjos que garantem a permanência nas áreas rurais mesmo que de maneira intermitente. Já em Piracicaba os jovens reafirmam a vontade de permanecer integralmente na propriedade rural em função das dificuldades econômicas e sociais dos centros urbanos. A título de síntese, os autores basearam em categorias e subcategorias de análise que possibilitara chegar aos seguintes resultados demonstrados do Quadro 4.

Quadro 5- Categorias de análise do estudo 2 Uberlândia e Piracicaba

Categorias de análise	Subcategorias de análise	Resultados
História familiar	Organização do trabalho	Nucleação e pertencimento; Trabalho no âmbito familiar; Arranjos diversos entre moradia rural e urbana.
	Força de trabalho e remuneração	Autonomia e participação nos processos decisórios; Gestão compartilhada e investimento em implementos e compra de novas áreas favorece a permanência;
Estímulos e obstáculos à permanência	Fatores internos (família)	Condições de trabalho mais leve e participação nas decisões;

		Apoio à formação acadêmica pelos familiares e participação favorecem a permanência dos jovens; Existem relações conflituosas;
	Fatores (externos)	Influenciam pouco a permanência mais importantes para compra de insumos e implementos.
Processo de sucessão (perspectivas alternativas e possibilidades)	Sucessão	Não formal, ocorre no cotidiano; A transferência do controle total da gestão para o filho é uma relação conflituosa; O conhecimento passado de pai pra filho é importante, mesmo com formação acadêmica dos filhos;
	Relação rural x urbana	- Importante, porém menos atrativa pela menor remuneração ao trabalho; - Importante devido às políticas sociais, econômicas e ao mercado.

Fonte: adaptado de Oliveira; Mendes; Vasconcelos, (2020).

Neste estudo as categorias de análise perpassam desde o histórico familiar até a configuração atual de sucessão, indicando inclusive as motivações positivas e negativas subsidiam a decisão dos jovens em permanecer ou não nas unidades familiares.

4.3 Análise comparativa dos resultados dos dois estudos

Nesta sessão busca-se analisar o resultado das duas pesquisas sobre o recorte do objetivo proposto e apontados no referencial teórico. As categorias de análise se baseiam nos quatro aspectos propostos inicialmente. Neste sentido, o Quadro 5 faz uma síntese que orientará as proposições e a comparação será utilizada com recurso discursivo.

Quadro 6 - Quadro comparativo dos resultados dos dois estudos

QUADRO COMPARATIVO DO ESTUDO NO ALTO JEQUITINHONA X TRIÂNGULO MINEIRO E INTERIOR DE SÃO PAULO				
LOCALIDADES	Relação dos jovens com as atividades dos pais agricultores	Aspectos que estimulam os jovens a saírem da propriedade	Aspectos que estimulam os jovens a permanecerem na propriedade	Como ocorrem os processos de Sucessão
Alto Jequitinhonha (Veredinha e Turmalina)	Positiva: baseada no sentimento de pertencimento	<ul style="list-style-type: none"> - Relação com um urbano distante (migração sazonal); - Condições difíceis de transporte e inserção no mercado de trabalho local; - Reconhecimento das limitações da propriedade; - Gestão centralizada; - Pouca estrutura nas propriedades; - Demora para sucessão; 	<ul style="list-style-type: none"> - Vínculo afetivo; - Conhecimento adquirido no trabalho cotidiano; - Estruturação da propriedade; - Aquisição de as outras terras - Formação escolar com foco nas atividades rurais; - Apoio institucional (EFA e outros) 	<ul style="list-style-type: none"> - Não planejado (após morte do pai); - Escolha do sucessor: não formal, indicado ou direito adquirido pelo trabalho na terra; - Permanência na propriedade e em virtude da trajetória dos irmãos;
Triangulo Mineiro e interior de São Paulo (Uberlândia e Piracicaba)	Positiva: baseada no sentimento de pertencimento e perspectivas econômicas	<ul style="list-style-type: none"> - Relação com o urbano próximo como alternativa de formação superior e atuação profissional; - Conflito na gestão da propriedade; - Independência financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relações híbridas urbano/rural - Facilidade na mobilização entre a sede do município; - Formação superior compatível com atividades rurais; - Participação e criação de cooperativas; - Gestão compartilhada 	<ul style="list-style-type: none"> - Não planejado. Ocorre de maneira natural após morte do pai; - Escolha do sucessor :não formal, acontece no cotidiano e depende da escolha do filho; - Preferencialmente filho homem que compartilhou a gestão produtiva e comercial com o pai.

Fonte: Mendonça et al, 2013 ; Oliveira; Mendes; Vasconcelos, 2020.

Org. Da autora

4.3.1 Relação dos jovens com as atividades dos pais agricultores

Nos dois estudos foi recorrente a relação positiva com as atividades dos pais, o que contrapõe as proposições de Martins (2007) sobre a representação negativa do trabalho agrícola familiar como elemento que fragiliza o sentimento de pertencimento e vontade do jovem de permanecer nas propriedades. Os estudos apontam ainda que a educação escolar e melhoria das estruturas produtivas são elementos que contribuíram para essa mudança de concepção.

No estudo no Alto Jequitinhonha, o fato de que em todas as famílias os jovens entrevistados estudavam em Escola Família Agrícolas, evidenciam uma formação escolar compatível com as atividades rurais que, além da formação formal escolar, oferece formação em práticas agrícolas e valorizam os elementos do cotidiano dos estudantes. Neste contexto o sentimento de pertencimento é reforçado e o suporte educacional traz melhores perspectivas dos jovens para o desenvolvimento das atividades produtivas e da gestão da propriedade. Neste caso, as proposições de Martins (2007) são assertiva quando relaciona a penosidade das atividades rurais como elemento depreciativo.

No caso de Uberlândia (MG) e Piracicaba (SP) a condição de mobilidade e as várias possibilidades de conviver com o rural e o urbano de maneira simultânea contribui para valorização do rural em detrimento do urbano, mesmo reconhecendo que esse hibridismo seja necessário. A proximidade com as sedes dos municípios propicia experiências múltiplas sem desvincular o jovem completamente das atividades rurais. Nesta perspectiva, Schneider (2009) informa que é recorrente e positiva a pluriatividade historicamente construída pela agricultura familiar. Esta é percebida como uma vantagem para os modelos agrícolas modernos e devem ser potencializadas pelas Políticas Públicas.

4.3.2 Aspectos que condicionam a evasão dos jovens do meio rural

Nos municípios de Veredinha e Turmalina, alto Jequitinhonha, o reconhecimento das limitações das propriedades, principalmente em tamanho de área e estrutura produtiva, bem como uma gestão centralizada no progenitor e uma demora no processo de sucessão contribuem para uma busca precoce por outras atividades nos centros urbanos.

Outro fator que resulta desta dificuldade é a necessidade de migração sazonal. A dificuldade de mobilidade desestimula os jovens a permanecerem nas propriedades familiares, fato que interfere também na estruturação da propriedade e conseqüentemente na produtividade e na condição de gerar receitas, já que a oferta de insumos agrícolas, postos de

comercialização são reduzidos e de difícil acesso. Essa condição estimula a saída para destinos mais distantes. Nesses casos o vínculo com a propriedade é interrompido de maneira mais pontual e possibilita uma série de acontecimentos nesses deslocamentos (empregos fixos, casamento, entre outros). Alguns contextos fazem a sazonalidade se tornar uma condição permanente de emigração.

A situação é contrária nos municípios de Uberlândia e Piracicaba, por se tratarem de municípios com sedes que agregam vários tipos de serviços e comércios, constituem opção para os jovens estudarem, trabalharem e os que assim decidirem, comercializar os produtos das propriedades familiares. Para Abramovay (1998) as políticas públicas para agricultura familiar devem explorar o caráter dinâmico a que esses grupos se propõem em sua relação com o urbano.

Os fatores que estimulam a saída é a escolha pela independência financeira ou algum conflito inerente a gestão da propriedade. Mesmo que os jovens possuam curso superior, eles reconhecem a importância do conhecimento prático dos pais na operacionalização das atividades diárias, porém não evita a ocorrência de conflitos de geração.

4.3.3 Aspectos que estimulam os jovens a permanecerem na propriedade

Nos dois estudos o histórico familiar nas áreas e o conhecimento acumulado nas várias gerações que transformaram os espaços pelo trabalho contribuem para o desejo de permanência entre os jovens no meio rural. O vínculo afetivo baseado nas relações cotidianas com as pessoas e os aprendizados múltiplos relacionados às atividades produtivas potencializam as relações entre pais e filhos e amenizam os conflitos inerentes as disparidades geracionais. Outro fator que coincidiu nos dois estudos foi a formação educacional, principalmente aquelas cujo foco é a formação profissional direcionada às atividades agropecuárias.

As atividades sazonais, são fatores que ao mesmo tempo fragilizam os vínculos com as propriedades familiares, também contribuem para reestruturação da propriedade e compra de novas terras no Alto Jequitinhonha. Essas são condições atrativas para a permanência dos jovens. Outro elemento reconhecido pelos jovens e pelos pais como importante no processo de sucessão é atuação de instituições, principalmente aquelas relacionadas às Políticas Públicas para Agricultura Familiar como as educacionais.

A gestão compartilhada das atividades produtivas e a estruturação das propriedades garantem condições de trabalho e remuneração para os jovens de Uberlândia e Piracicaba. Este elemento, somado a outras facilidades, como a fácil mobilidade para sede do município e os

vários arranjos que garantem um vínculo com a propriedade favorecem a permanência dos jovens, mesmo que de maneira não integral. Essa configuração híbrida contribuiu para a formação superior dos sucessores e uma perspectiva de empreender nas áreas familiares e até adquirir áreas próprias, dinâmica favorecida pela pluriatividade (SCHNEIDER, 2009).

4.3.4 Como ocorrem os processos de sucessão

Nos dois estudos não existe um padrão fixo de sucessão, mas depende principalmente da trajetória dos irmãos e do perfil produtivo do sucessor. O engajamento nas atividades cotidianas, bem como a participação efetiva na dinâmica comercial credencia o sucessor, porém o jovem é quem decide pela sucessão ou pela inserção em outras atividades não rurais. Também, em ambos os casos, não existe um projeto formal de sucessão, ela ocorre simultaneamente de maneira compartilhada com os pais ou é reconhecida com a morte dos mesmos.

No alto Jequitinhonha, embora não exista um padrão, há uma preferência pelo filho (a) que permaneceu na terra em virtude da saída dos irmãos. Porém a permanência por si só não habilita o sucessor (ra). Este (a) precisa conhecer a dinâmica produtiva e ter contribuído com seu trabalho na formação econômica da área familiar.

Já em Uberlândia e Piracicaba a gestão compartilhada antecipa o processo de sucessão e em alguns casos, quando ocorre aquisição de novas áreas próximas à propriedade, favorece a nucleação de famílias e em estratégias familiares para manutenção da área familiar entre irmãos. Nesse estudo, a pluriatividade constitui como uma estratégia onde os filhos desenvolvem trabalhos urbanos e ajudam na propriedade. Essa relação contribui para a manutenção do vínculo com a propriedade e reduz conflitos inerentes ao processo de sucessão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sucessão das unidades familiares de produção é um problema recorrente na contemporaneidade da sociedade brasileira. Embora com proporções e motivações diferenciadas nas diversas regiões, as projeções demográficas apontam para a redução da população jovem no meio rural.

Nos estudos de caso aqui analisados, a reprodução das atividades agrícolas familiares pode ser comprometida em função de diversos fatores e não informam um desinteresse injustificado dos jovens em continuar as atividades agrícolas historicamente desenvolvidas pelos familiares.

No alto Jequitinhonha, devido a conjuntura histórica de ocupação dos territórios e a crescente fragmentação das terras, a sucessão da agricultura familiar coloca os pais em pelo menos dois dilemas, esperar que parte de dos filhos encontre outro meio de vida para evitar a fragmentação da área familiar ou vê seus filhos entre idas e vindas nos trabalhos sazonais para conseguir receita para melhorar a estrutura produtiva existente, e ou, comprar mais terras. No último caso o jovem corre o risco de encontrar outras oportunidades em outros locais e emigrar definitivamente.

Considerando uma conjuntura diferente, tanto nos aspectos econômicos, sociais e geográficos das localidades pesquisadas em Uberlândia (MG) e Piracicaba (SP) o problema da sucessão parece menos complicado. A capacidade econômica das famílias ameniza os dilemas geracionais no processo de sucessão e garante autonomia dos jovens para definir seu destino e escolher dentre algumas opções, a de continuar ou não com as atividades agrícolas familiares.

O que ocorre é uma conjuntura social e econômica que historicamente fragmentou os territórios familiares e privilegiou um sistema de produção baseado no modelo agroexportador monocultor em detrimento do sistema familiar baseado na diversidade produtiva. Nesse processo, mesmo que a agricultura familiar tenha sido reconhecida e exista políticas públicas genéricas para as mesmas, ainda não é possível contar com apoio governamental que realmente avaliam as disparidades históricas, ambientais e socioeconômica e atuem efetivamente para que todos tenham as mesmas oportunidades. Nesse sentido, algumas entidades não governamentais, a exemplo das Escolas Família Agrícolas fazem isso muito melhor.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et. al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. 2. ed. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BOUZAN, Ary. Mercado interno e desenvolvimento econômico. Rev. adm. empres., São Paulo, v.2, n.5, p.73_88, Dec. 1962. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901962000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Mar. 2021.

BRUMER, A. **Mulher e desenvolvimento rural**. In: PRES VELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (Orgs.). Mulher, Família e Desenvolvimento Rural. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.

BRUMER, A. *et al.* **Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL RURAL SOCIOLOGY ASSOCIATION (IRSA), Rio de Janeiro: IRSA, 2000

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. São Paulo: IPEA, 1998.

COSTA, J. B. de A.; FERREIRA, A. C.; LUZ, A.; DAYRELL, C. A. **Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas**. Revista Desenvolvimento Social, v. 1, p. 63-78, 2008.

CEPAL. **Desarrollo rural sin jóvenes?** Santiago do Chile, 1995, mimeo (LC/R. 1.599)

FREITAS, L. D. de A. S. **Multifuncionalidade, organização e desenvolvimento rural nos setores rurais do município de Montes Claros –MG**. 2016. 138 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Montes Claros.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6 ed. Rio de Janeiro, Record. 1989. 266p

GALVÃO, T. F.; PEREIRA M. G. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração**. Epidemiol Serv Saúde. 2014; 23(1):183–184.

GALIZONI, F. M. **A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2000. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)

GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. Hucitec. São Paulo, 1978

_____. 1982. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 161 p.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**; tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

LOPES, F. A. M. **Democracia, participação e desenvolvimento**: análise das práticas políticas dos agricultores no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Montes Claros - MG/ –2019. 172f.:il. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, 2019.

LUZ, M. T. **Natural, Racional, Social – Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna**, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988.

MARTINS, José de Souza Prefácio. In: SILVESTRO, Milton Luiz; et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri Brasília - NEAD/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

MARX, K. Manuscritos econômicos - filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993. MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio: Civilização Brasileira, 1968.

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. Agricultura de São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003a. Disponível em: . Acesso em: 23 fev. 2021

MENDONCA, Kenia Fabiana Cota et al. **Formação, sucessão e migração**: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 30, n. 2, p. 445-463, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000200006>.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

MOTA, C. R. **As principais teorias do desenvolvimento**. In: BURSZTUN. M (org). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de janeiro: Garamond.2001.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: Hucitec, 1978.

O'CONNOR, J. (1988), “**Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction**, in: CNS, 1, Fall, pp. 11-23.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. V. H. **Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília , v. 59, n. 2, e222727, 2021 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032021000200204&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 Mar. 2021. Epub Sep 18, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222727>

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. **Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.** IN: Ambiente & Sociedade. 2003.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. **Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais.** IN revista Brasileira de Estudos populacionais e regionais. 2007.

RIST, G. **The History of Development. From Western Origins to Global Faith.** Zed Books, London and New York, 1997. RODRIGUES, L. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. In: Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. Montes Claros, 2009.

RODRIGUES, L.R. **Cursos d'água, cursos da vida: comunidades tradicionais e a relação com a água.** 2013. 192f.:il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, 2013.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação.** In: GRAMMONT, H.C. de; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano.* 1. ed. Quito/Equador: Editora Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

_____ **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil.** Revista de Política Agrícola, Brasília, a. 16, n. 3, jul/set. 2007, p. 15-34.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília, DF: UnB, 1997. 192 p.

WOORTMANN, K. **“Com parente não se neguceia”:** o campesinato como ordem moral. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

WOORTMANN, K. (1990). **Migração, família e campesito.** Revista Brasileira De Estudos De População, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990